

Estudo Técnico Preliminar 3/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Contratação de Media Training para a Diretora Flávia Takafashi

Treinamento de porta-vozes para relacionamento com a imprensa, mediante apresentação de perfil dos veículos de comunicação e de jornalistas de diferentes mídias, orientações e procedimentos para o contato adequado com jornalistas, havendo, se necessário, acompanhamento de fonoaudiólogo, atividades práticas, por meio da simulação de entrevistas, análise e avaliação conjunta da postura dos participantes em situações diversas, simulação de entrevistas com gravação de vídeos, análise de performance com identificação e definição de responsabilidades do grau de autonomia de cada um dos porta-vozes, em relação às temáticas relacionadas ao CONTRATANTE e Governo Federal.

A necessidade de contratação deste serviço foi identificada por esta Assessoria, uma vez ser dever do setor de comunicação e relações institucionais procurar meios para assegurar o aperfeiçoamento da postura da Diretoria da ANTAQ, na qualidade de representante institucional, dando possibilidade ao dirigente de desenvolver habilidades de comunicação com foco no aprimoramento da relação com a mídia. Aspectos de linguagem corporal, verbal, comportamento e capacidade de lidar com diversas situações durante entrevistas e eventos constam no escopo do treinamento. Deverão ser apresentadas também técnicas de organização de discursos, visando reduzir as possibilidades de dupla interpretação. Por fim, busca-se assim, oferecer condições melhores para criação de respostas de qualidade, com conteúdo objetivo, claro e com vocabulário de fácil compreensão por parte do público-alvo. Merece ressaltar ainda que a Diretora Flávia Takafashi Diretor-Geral tem constantemente concedido entrevistas e participado de eventos institucionais atuando como porta-voz da Agência. Diante deste fato, esta Assessoria buscou soluções para que a dirigente tenha condições plenas de se comunicar de forma correta e objetiva com os diversos públicos.

Dentro do escopo, estão inclusos o planejamento e a estruturação do **Media Training** e relatórios de avaliação com informações relativas ao evento e ao desempenho do participante, acompanhado dos DVDs com gravações realizadas no decorrer do treinamento. Em função dos diversos compromissos constantes da Agenda da Diretora, pedimos atenção especial ao prazo para a realização do treinamento, que deve ser fornecido conforme a disponibilidade da Dirigente, e ocorrer, de preferência, ainda no mês de **setembro de 2022**. A urgência para a realização do treinamento foi sinalizada pela Diretora, em virtude da necessidade de aperfeiçoar a sua atuação como Dirigente desta Autarquia.

Resumidamente, o serviço em tela refere-se ao treinamento de porta-vozes para relacionamento com a imprensa, mediante apresentação de perfil dos veículos de comunicação e de jornalistas de diferentes mídias, orientações e procedimentos para o contato adequado com jornalistas, havendo, se necessário, acompanhamento de fonoaudiólogo, atividades práticas, por meio da simulação de entrevistas, análise e avaliação conjunta da postura dos participantes em situações diversas, simulação de entrevistas com gravação de vídeos, análise de performance com identificação e definição de responsabilidades do grau de autonomia de cada um dos porta-vozes, em relação às temáticas relacionadas ao CONTRATANTE e Governo Federal. Vale repisar ainda que trata-se de um treinamento de capacitação personalizado, uma vez que necessita de uma avaliação preliminar do treinado, neste caso o diretor-geral da ANTAQ, para que a empresa possa dentro do escopo acima descrito, identificar os pontos fracos e fortes do treinado no que diz respeito ao comportamento perante a mídia e, dessa forma, intensificar o treinamento nas áreas (impresso, digital, audiovisual) que precisam ser aprimoradas.

Dessa forma, a crescente exposição nas várias modalidades de mídia traz consigo a necessidade de capacitação da Diretoria Colegiada, para estarem aptos a prestar os esclarecimentos técnicos acerca das ações e projetos executados de forma clara e precisa, conferindo ainda mais transparência quando da apresentação dos resultados à sociedade, bem como em razão de atendimento à mídia, seja a brasileira e/ou internacional.

A realização do **Media Training** está correlacionada à crescente exposição nas várias modalidades de mídia, o que traz a necessidade de que os Diretores da Agência para estarem aptos a prestar os

esclarecimentos técnicos acerca das ações e projetos executados de forma clara e precisa, conferindo ainda mais transparência quando da apresentação dos resultados à sociedade, bem como em razão de atendimento à mídia, seja a brasileira e/ou internacional.

Sendo assim, tendo sido identificada a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento dos servidores da ANTAQ, em especial no que diz respeito à comunicação institucional a cargo da Alta Administração da entidade, a presente contratação está em conformidade com o plano anual de capacitação desta Agência, referente ao exercício de 2022 e, também, com o Planejamento Estratégico 2021-2024.

Diante desse protagonismo, a Alta Administração da ANTAQ necessita de capacitação em comunicação pela premente necessidade de repassar a mensagem institucional da Agência com objetividade, transparência e fidedignidade aos números referentes à execução de suas tarefas, em todas as mídias, sejam as tradicionais ou as novas mídias digitais.

Vale registrar, novamente, que a contratação em tela se encontra contemplada no **Planejamento Estratégico 2021-2024**, mais especificamente em Processos Internos – aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social, e fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos. Em Relação ao **PAC 2021**, constatou-se que o item 161 é compatível com a presente contratação - Programa de Desenvolvimento Gerencial - Planejamento Estratégico, em demanda solicitada e apontada pela Assessoria de Comunicação e Cerimonial – ASCOM.

Cabe ressaltar, por fim, que, após consulta à página virtual da Escola Virtual de Governo – EVG (Escola Virtual Gov), não foi verificada a oferta de treinamento que atenda os objetivos da presente contratação.

Além do que foi exposto acima, os estudos preliminares aqui apresentados vão ao encontro da necessidade dessa contratação e ao exposto do que referencia o Tribunal de Contas da União - TCU, em seus acórdãos, ao reconhecer a necessidade de capacitação dos agentes públicos para o desempenho das suas funções, incluso nesses, temas do referido curso, conforme acórdão a seguir:

Acórdão nº 588/2018 – Plenário – TCU (...) 98. Pensar em qualificação dos servidores, no entanto não é apenas contratar capacitação. Se o servidor não consegue absorver a especialização ou se a organização não consegue reter os talentos, a capacitação não redundará em benefícios para a própria organização, pois ou servidor não retornará resultado ou em breve o servidor capacitado estará em outra organização. 99. Portanto, entender como as diversas áreas da gestão se inter-relacionam é necessário para a boa condução das organizações públicas. Um passo importante nessa direção é o aprimoramento da Governança, desafio que 97% das organizações públicas federais ainda possui. (Grifamos)

Há, também, outros atos normativos que incentivam o desenvolvimento de pessoas, como o Decreto nº 9.991, de 28/08/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A Política de Desenvolvimento tem as seguintes finalidades, dentre outras:

- a) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados, voltado ao cidadão;
- b) Desenvolvimento permanente do servidor público; e
- c) Adequação das competências requeridas aos objetivos das instituições.

Na Política de Desenvolvimento também constam as diretrizes abaixo:

- a) Incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências de liderança, isso é, a ação educacional deverá atender as competências institucionais (mapa estratégico) e individuais (correlação com as atribuições do cargo); e
- b) preparar os gestores para viabilizar os planos e metas definidos no direcionamento do Mapa Estratégico da Antaq.

Portanto, o aludido Decreto considerou capacitação como processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais.

Nesse caso, entende-se que a ação educacional ora proposta se enquadra na definição de evento de capacitação e contribui para o desenvolvimento do servidor e atende aos interesses da Administração Pública.

Convém ressaltar que a contratação dos serviços objeto deste documento está alinhada aos objetivos contidos no **Mapa Estratégico da ANTAQ de 2021 - 2024**, quais sejam: (5) *Fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos*; e (6) *Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social*.

Em face do exposto, infere-se que a realização de capacitação para Media Training é de suma importância, alinhando-se às políticas estratégicas e de capacitação de pessoal da Autarquia. A capacitação de porta-vozes da ANTAQ para o relacionamento com a imprensa auxiliará no alinhamento de mensagens-chaves e institucionais, pois se trata de uma ferramenta estratégica para demonstrar o papel e a atuação da Agência à sociedade, além de contribuir no processo de fortalecimento de sua imagem institucional. Diariamente a Diretoria é exposta à mídia, seja em eventos internos ou externos, sendo necessária o devido treinamento para atender a imprensa e permitir uma comunicação cada vez mais assertiva, de forma a preservar e promover a autarquia e garantir unicidade em discurso.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Comunicação e Cerimonial - ASCOM	Shamash Visintin

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Ressalta-se que os serviços deverão ser prestados, atendendo os seguintes requisitos:

1. Conteúdos atuais e alinhados à realidade da Administração Pública
2. Abordagem teórica e aplicada
3. Metodologias e materiais
4. Instrutores com capacitação técnica e experiência prática
5. Cumprimento do prazo.
6. Desempenho dos instrutores.
7. Relevância das informações repassadas.
8. Pertinência das atividades práticas e simulações realizadas no treinamento com as situações reais vivenciadas pelo CONTRATANTE.
9. Avaliação dos participantes.

Dos requisitos necessários para o atendimento da necessidade

A contratação justifica-se pela necessidade de se buscar o desenvolvimento permanente do servidor público, com vistas à melhoria da eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, por meio da oferta de oportunidades de capacitação em consonância com o Plano estabelecido por esta Agência. Em relação ao curso em pauta, este permitirá um maior aperfeiçoamento dos participantes no tocante às habilidades de comunicação institucional.

Da natureza do serviço

O serviço a ser contratado não é de caráter continuado, pois atenderá uma necessidade momentânea da Administração Pública, não devendo estender-se por mais de um exercício financeiro. Nesse tocante, a Portaria do TCU nº 128/2014 destaca bem o conceito de serviços não continuados: “serviços que tenham por escopo o fornecimento de bens ou utilidades, ou a prestação de serviços específicos em um período pré-determinado”.

Duração inicial do contrato

A Contratante proporá um cronograma para a execução dos serviços objeto do presente instrumento, que deverá ser previamente acordado entre a Contratante e a Contratada.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas neste TR.

5. Fundamentação Legal

A contratação deve ocorrer com fundamento em inexigibilidade de licitação, com base na **art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93**. Não seria viável cogitar da realização de uma licitação para a contratação de curso tão específico, porque os critérios objetivos de escolha vão além de uma seleção de conteúdo programático, temáticas, estrutura, valores, corpo docente, espaço físico, qualificação especial dos professores, dentre outros, o que torna muito dispendioso para a Administração trabalhar todas essas condições, considerando que foi encontrado no mercado a instituição capaz de oferecer de forma singular e que demonstra atender todas as questões acima abordada.

O serviço pretendido pela Administração é singular e não o executor do serviço, o que gera um atributo incomum na espécie, um diferenciador, pois como não se pode dissociar a capacitação do instrutor ou do corpo docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. “Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular” (in Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administra;vos, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 1996, pág. 110).

Os serviços técnicos especializados dos trabalhos da empresa pretendida apresentam relação de integrantes de seu corpo técnico como elemento de justificativa de dispensa ou inexigibilidade de licitação, realizando diretamente os serviços objeto do contrato de natureza singular, dessa forma, permitindo inferir que o trabalho a ser realizado é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A singularidade do objeto está na pertinência entre as características especiais do curso/evento fornecido e sua aplicação aos objetivos institucionais da ANTAQ, também, ressaltados no Projeto Básico/Termo de Referência.

De forma objetiva e que devem ser reunidos para a contratação por inexigibilidade com fundamento no dispositivo acima mencionado, quais sejam:

O serviço deve ser técnico e especializado

Nesse aspecto, podemos dizer que, conforme expressamente previsto nos **art. 13, inciso VI, e art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93**, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são assim definidos:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

(...)

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

Segundo o doutrinador Renato Geraldo Mendes, o serviço técnico-profissional especializado se caracteriza por determinados traços e peculiaridades que o distinguem de outras atividades humanas, com características de conhecimento teórico e prático, experiência com situações de idêntico grau de complexidade, capacidade de compreender e dimensionar os problemas e situações de riscos, contribuindo com ideias e soluções, a capacidade didática para comunicar a solução idealizada, dentre outras já mencionadas sobre a empresa, seu corpo docente e o evento pretendido.

O serviço deve ser de natureza singular

Os serviços de capacitação e aperfeiçoamento foram expressamente reconhecidos como tal pelo TCU, conforme trecho da Decisão nº 439/1998 - Plenário:

“O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;”

No mesmo sentido é a Orientação Normativa da Advocacia-Geral da União (AGU) nº 18/09:

“Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista”.

O curso pretendido é singular, pois deriva de uma atuação intelectual, não podendo ser definidos de um modo objetivo e selecionados por meio de critérios como preço e/ou técnica. Assim, não existem possibilidades adequadas de delimitar critérios simétricos que permitam a comparação/competição com eventuais cursos existentes no mercado. Sobre isso, veja-se o trecho do voto da já citada Decisão nº 439/98 do TCU, Plenário:

“A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados – que são o que afinal importa obter –, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos, mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente. Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86.”

Um serviço singular, intelectual, técnico-profissional e especializado nunca será igual a outro. Nem o mesmo autor consegue produzir a mesma informação do mesmo modo e com a carga horária que o pretendido curso oferece. Logo, esses serviços não poderão ser comparados e selecionados por meio de um critério objetivo (como preço e/ou técnica).

Nesse sentido, importante destacar que singular não é sinônimo de único. É a natureza, a qualidade, a complexidade e a diferenciação do serviço que o individualizam a tal ponto que tornam inviável a comparação com outros que eventualmente existam no mercado.

Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

Acórdão 1.074/2013 – Plenário: “15. Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal. 16. Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.” (No mesmo sentido, Acórdão nº 7.840/2013 – 1ª Câmara – TCU.)

A singularidade não advém só da especificidade e interconexão de vários assuntos, mas principalmente da forma de transmiti-los conjuntamente. Também advém da necessidade de enxergar os problemas e as dificuldades com o olhar do agente público, pois somente esse olhar permite o entendimento do interesse quanto aos conteúdos programáticos que efetivamente atendam às necessidades da Administração, sendo esses aspectos preponderantemente subjetivos e discricionários inviabilizando a especificação e, por consequência, a licitação.

A empresa contratada deve ser notoriamente especializada

Como a escolha da empresa que prestará serviços de natureza intelectual e singular não ocorre por meio de um critério objetivo, a contratada deve deter notória especialização, de modo que seu currículo permita a ANTAQ presumir que sua atuação será a mais adequada na execução de serviço.

O detentor de notória especialização inspira a confiança necessária para minimizar o risco envolvido na contratação, isto é, faz presumir a execução de um serviço satisfatório. Entende-se que aquele que detém notória especialização conta com um conjunto de fatores e condições que proporciona ao contratante a confiança de que ele é o mais adequado para executar o objeto da contratação.

A confiança como fundamento para a escolha do executor foi reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, na Súmula nº 39:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.”

Diante de tudo apresentado, do conhecimento da realidade, dos temas abordados no curso e vinculação com as necessidades da Administração Pública e da ANTAQ, condição fundamental para a assertividade e a objetividade nas soluções apresentadas para a contratação, qualificando o trabalho como essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do interesse e da necessidade desta Agência. E, por todo exposto, entende-se que o meio adequado de contratação é a inexigibilidade de licitação, especificamente com base no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93. **As especificações elencadas demonstram, inequivocamente, que os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços técnicos especializados, dadas suas peculiaridades e caráter altamente técnico, exigindo a contratação de profissional altamente habilitado para a prestação do serviço de treinamento em comunicação para alta liderança. A singularidade do objeto, de acordo com a doutrina pátria, é a do objeto a ser contratado. Tal singularidade deve ser conjugada com a notória especialização do profissional que prestará os serviços contratados.**

6. Levantamento de Mercado

Das soluções de mercado

Considerando as opções existentes no mercado no que se refere ao atendimento da necessidade em tela, verifica-se que as soluções habituais convergem para a contratação de empresa e/ou profissional especializada(o) na ministração de treinamentos de habilidades de comunicação institucional.

Frente ao levantamento da demanda, atualmente existem no mercado duas soluções em matéria de capacitação para os agentes públicos quando o assunto é planejamento da contratação pública, quais sejam:

- a) cursos abertos - são cursos oferecidos ao público em geral, realizados sempre com datas, conteúdo e material previamente determinados pela empresa, com metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas que propiciam atender os mais diversos perfis dos participantes da ação educacional.
- b) cursos in company - são cursos fechados, cujas datas, conteúdo e material são determinados pelo contratante, realizados dentro da sua própria estrutura, com professores em contato direto com os participantes que, normalmente, são do mesmo órgão.

A solução indicada para esta capacitação é a realização de curso "in company", que propicia resultados e mudanças significativas em relação ao aprendizado, sendo que atualmente são diversas as instituições de ensino que oferecem cursos nesta modalidade. Entre as principais vantagens desses tipos de cursos fechados, está na possibilidade do aluno receber instrução direta, dialogada, iterativa e interativa, além da possibilidade de criar uma nova cultura no órgão em que trabalha, aperfeiçoando seu aprendizado e integração com os colegas.

Cabe ressaltar que a opção de contratação do referido curso, atende os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade e Conveniência. Além do mais, pelo fato de ser um curso "in company", a Administração pode analisar as melhores opções do mercado, suas variáveis, condições e organizar sua agenda, assim como de seus servidores, para iniciar e concluir a opção de contratação que melhor convier com a agenda da Antaq.

Como o curso é voltado para uma Diretora da ANTAQ, é importante lembrar a respeito das agendas com diversos players do mercado e da sociedade, reforçando a necessidade de ser um curso in company que possibilite a adequação das agendas do participante da forma mais eficiente e eficaz possível.

Diante da necessidade, optou-se pela contratação do serviço de **MEDIA TRAINING**, por meio da empresa **TORRES COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIA**, tendo esta demonstrado atender os requisitos exigidos pela Lei e comprovando sua singularidade e a opção de contratação conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021, concluindo que não há curso igual no mercado.

7. Descrição da solução como um todo

A presente contratação trata da prestação de serviços de "**MEDIA TRAINING PARA A DIRETORA FLÁVIA TAKAFASHI**", a ser contratado por meio de inexigibilidade de licitação, com espeque na Lei nº 14.133/2021, para capacitação em comunicação dirigida aos Diretores da ANTAQ, caracterizando-se como serviço não continuado.

Tem-se, na presente contratação, a presença inequívoca dos requisitos indicados, quais sejam a notória especialização da profissional que será responsável pela condução dos serviços a serem prestados, bem como a singularidade do objeto em questão.

1. Instituição que promoverá a capacitação: **TORRES COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIA**
2. Serviços a serem prestados: **CAPACITAÇÃO EM MEDIA TRAINING**

Item	Serviço
01	Treinamento em Media Training

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

1. **ITEM 01: Media Training**

- 1.1. Público-alvo: Diretora da ANTAQ, Flávia Takafashi.
- 1.2. Local onde serão prestados os serviços: **Brasília/DF**.
- 1.3. Carga horária: **5h**.
- 1.4. Período de realização: **setembro de 2022**, conforme necessidade da Diretora e de acordo com o cronograma de aulas individuais, conforme detalhado no Termo de Referência.
- 1.5. Forma de Pagamento:
 - 1.5.1. Valor: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
- 1.6. Metodologia:
 - 1.6.1. Módulo A: Etapa de Sensibilização
 - 1.6.1.1. Palestra de abertura
 - 1.6.1.2. Diagnóstico e Instrumentação
 - 1.6.2. Módulo B: Simulação de contato com veículos de comunicação
 - 1.6.2.1. Oficina de mídia impressa

1.6.2.2. Oficina de TV
1.6.2.3. Oficina de Rádio

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A prestação dos serviços em contratação será destinada a atender à Diretora da ANTAQ.

Diante disso, segue tabela abaixo com especificação e quantitativo do item a ser adquirido:

EM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Público-Alvo	Quantidade	Prazo / Carga Horária
01	Media Training	Diretora da ANTAQ, Flávia Takafashi	01	5 horas de treinamento

9. Estimativa do Valor da Contratação

O método utilizado para estimar o preços seguiu as orientações da IN Nº 73/2020, Art. 7º:

Art. 7º Os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado, em especial por meio de:

I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente;

II - tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.

Constam como anexo nos autos os documentos fiscais e instrumentos contratuais de objetos idênticos da empresa a ser contratada, bem como atestados de capacidade técnica emitidos por outros órgãos públicos.

Considerando a análise da documentação, e ainda as especificidades do serviço a ser contratado, que deve ser customizado à realidade da ANTAQ, é que se sugere a realização da contratação por meio de inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Diante do exposto, estima-se que a referente contratação será no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme quadro abaixo:

ITEM (SERVIÇO)	PÚBLICO-ALVO	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES
01	(01) Diretora da ANTAQ	5 horas de treinamento	R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que se trata de serviço a ser prestado de um única vez, sem estabelecimento de compromissos futuros, ou seja, de um item único, a solução não será parcelada. Contudo, a execução do serviço, em suas diferentes etapas, será realizada conforme agenda do contratado e do interessado (contratante). Mas, nesse caso, não se trata de parcelamento do objeto, mas apenas de uma melhor subdivisão da prestação do serviço.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificou contratações correlatas já finalizadas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, considerando a especificidade e a necessidade de personalização do serviço.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de empresa para realizar a prestação de serviços de "**Media Training**" possui correlação com dispositivos elencados no Planejamento Estratégico da ANTAQ – período 2021/2024, como o de Processos Internos – Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social, e Fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos. Em Relação ao **PAC 2022**, constatou-se que o item 161 é compatível com a presente contratação.

13. Singularidade do Objeto

A solução não é passível de licitação, ela é singular, pois deriva de uma atuação intelectual e, portanto, não permite comparação objetiva.

Um serviço singular, intelectual, técnico-profissional e especializado nunca será igual a outro. Nem o mesmo autor consegue produzir a mesma informação do mesmo modo. Logo, esses serviços nunca poderão ser comparados e selecionados por meio de um critério objetivo.

Nesse sentido, importante destacar que singular não é sinônimo de único. É a natureza, a qualidade, a complexidade e a diferenciação do serviço que o individualiza, a tal ponto que tornam inviável a comparação com outros que existam no mercado.

O Acórdão 1.074/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União trata do assunto:

Acórdão 1.074/2013 – Plenário: “13. Diante desse contexto, considero que os serviços jurídicos ligados ao (omissis) podem ser caracterizados como singulares e, por isso, não passíveis de serem licitados. 14. Trata-se, na verdade, de exemplo típico de inexigibilidade de licitação. 15. Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal. 16. Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.” [sem grifo no original]

Treinar o cliente para que possa exercer suas atribuições atinentes ao cargo que ocupa não é serviço de natureza comum e padronizado. Portanto, não é presumidamente detida por qualquer empresa habilitada. A experiência de mercado com uma equipe técnica e experiente no assunto demandado permite à Torre Comunicação construir soluções singulares e confiáveis para a tomada de decisão segura e fundamentada.

É importante destacar que toda a informação técnico-jurídica é selecionada e/ou elaborada por uma equipe técnica apta a enfrentar problemas difíceis e apresentar soluções satisfatórias e adequadas ao ordenamento jurídico.

Todos esses motivos tornam o objeto do contrato algo singular.

14. Notória Especialização

A solução apresentada não é passível de licitação, é singular, pois deriva de uma atuação intelectual e técnica e, portanto, não podem ser definidas de um modo objetivo e selecionadas por meio de critérios objetivos, como preço e/ou técnica. Nesses casos, onde a escolha do particular que prestará o serviço não permite o emprego de um critério objetivo, o particular a ser contratado deve deter notória especialização, de modo que seu conhecimento e desempenho anterior permitam à Administração presumir que sua atuação será a mais adequada na execução de serviço.

Nos termos do julgado do Supremo Tribunal Federal:

“Serviços técnicos profissionais especializados são serviços que a Administração deve contratar sem licitação (...). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança” (STF, AP nº 348-5/SC, Plenário, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 03.08.2007).

No mesmo sentido, a Súmula nº 39 – TCU, já citada neste documento:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.” [sem grifo no original]

Entende-se, portanto, que o detentor de notória especialização inspira a confiança necessária para minimizar o risco envolvido na contratação, mostrando-se apto à execução de um serviço satisfatório. Aquele que detém notória especialização tem um conjunto de fatores e condições que, somados, proporcionam ao contratante a confiança de que ele é o mais adequado para executar o objeto da contratação.

A Torres Comunicação possui um corpo técnico especializado e com experiência no tema. Com diversas contratações no mercado, a Torres Comunicação é referência de qualidade nas diversas áreas de capacitação.

A Torres Comunicação inspira a confiança necessária para minimizar o risco envolvido na contratação, isto é, sua notória especialização e seu reconhecimento proporcionam ao contratante a confiança de que seu serviço/produto é o mais adequado para solucionar a necessidade da Administração.

15. Resultados Pretendidos

O resultado almejado consubstancia-se na contratação direta de empresa especializada na prestação do serviço pretendido, haja vista a obtenção de proposta vantajosa, no que tange ao preço e à adequabilidade entre a expertise da instituição e experiência profissional do notório especialista e o objeto singular da contratação.

Espera-se, assim, estar contribuindo para a manutenção do contínuo aperfeiçoamento do quadro de pessoal da ANTAQ, por meio da prestação dos serviços em tela, e, ainda, de suma importância para o bom desenvolvimento das atividades do público-alvo direto. Ressalta-se que a prestação de tal serviço, por sua vez, se dará a um preço justo, dentro dos patamares aplicados no mercado, por meio de procedimento simplificado.

16. Providências a serem Adotadas

Por tratar-se de evento único e externo, não há providências necessárias para adequação do ambiente do órgão.

17. Possíveis Impactos Ambientais

A fim de atender as políticas e diretrizes nacionais de sustentabilidade ambiental, conforme estipuladas pelo Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, além da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a ANTAQ, em suas aquisições, observará a prática das seguintes atividades pelas empresas contratadas, quando couberem (rol exemplificativo):

Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

Busca pela origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens;

Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

Oferta de bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

Utilizar materiais biodegradáveis;

Os empregados da contratada devem ser orientados a realizar a separação consciente do lixo, para reciclagem.

Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

No caso específico da contratação ora pretendida, por se tratar de um treinamento, espera-se, no âmbito dos critérios de sustentabilidade, que se faça um uso racional de papel, em consonância com a política interna da ANTAQ, evitando-se impressões de materiais desnecessárias e em grande quantidade.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação se mostra viável uma vez que está prevista no PAC 2022 e atende às necessidades da Agência. Importante frisar que pelo cargo que a Diretora ocupa é importante e se faz necessário o treinamento uma vez que ela é representante da Antaq em eventos nacionais e internacionais, além de se fazer presente quando demandada pelo governo, usuários/cidadãos ou entes privados.

19. Responsáveis

SHAMASH VISINTIN

Chefe da Assessoria de Comunicação e Cerimonial